

NA CAPITAL

Lotes da Ceilândia

A apreciação do problema da regularização dos 3.500 lotes na Ceilândia pela Comissão do Distrito Federal no Senado Federal, se, ao cabo de algumas horas de discussão, não se chegou a uma conclusão mais objetiva, pelo menos mostrou que a matéria pode ter desdobramentos imprevisíveis no fórum da Justiça, pela ação da Ordem dos Advogados do Brasil, seção DF.

Os senadores da Comissão manifestaram-se sensíveis ao problema e alguns deles admitiram que os reivindicantes tiveram seus direitos adquiridos feridos, quando a Terracap revogou os preços tabelados pela resolução 75/71, que variavam entre Cr\$ 600,00 a Cr\$ 3.000,00. Mas, procurando deixar de lado os aspectos jurídicos e normativos da questão, o pensamento que mais se identificou com os anseios dos moradores de Ceilândia, sem dúvida, foi o do senador Henrique Santillo (PT-GO), que sugere sejam as dificuldades daqueles que foram os legítimos construtores de Brasília colocadas acima de qualquer coisa. Com efeito, para aquelas pessoas, é muito mais fácil sentir na pele — e no estômago — a dureza de sobreviver com um salário mínimo, que entender as razões em que se prende o GDF.

O debate realizado pela Comissão do DF foi mais caracterizado pelas arquições dos senadores ao superintendente da Terracap, Eni de Oliveira Castro, porque, para infelicidade dos reclamantes, a Associação dos Incansáveis Moradores da Ceilândia, através de seu representante, Ladislau Vasconcelos, não soube aproveitar, como poderia, a preciosa oportunidade de defender, com mais ardor, seus interesses no Poder Legislativo, num momento político propício em que os partidos, ainda em formação, acham-se muito receptivos em aderir a causas populares, como é

o caso.

Ficou muito claro, por outro lado, que a Comissão do DF no Senado Federal — formada por parlamentares de outros Estados — está muito longe de atender as funções de representatividade da população brasiliense, no Congresso Nacional. Ao encerrar a reunião, o presidente da Comissão, senador Lázaro Barbosa (PMDB-GO) deixou escapar uma frase solta — mas que deve ser bem avaliada — das dificuldades que enfrentam até para marcar reuniões e muito mais para deterem-se na análise dos problemas do Distrito Federal, devido aos seus compromissos e dos membros da Comissão com seus correligionários de origem. Reporte-se, ainda, em termos práticos, a pouca validade da Comissão do DF no Senado Federal que no caso particularmente abordado, o seu parecer final, quando dado, não terá nenhum poder de alterar o que o GDF já estabeleceu.

Vai ficando, assim cada vez mais cristalizada a necessidade de serem criados mecanismos que evitem que a vontade do GDF, antes de se transformar em atos unilaterais, seja submetida a apreciação popular. O afastamento do povo no processo político é que vem dando margem para que ele, o povo, coloque em dúvida a legitimidade das leis elaboradas pelo GDF. A continuar assim, mesmo que imbuído das melhores intenções, o Palácio do Buriti sempre ficará sujeito a criar pontos de atritos com a comunidade, como acontece, agora, em relação aos ocupantes dos 3.500 lotes de Ceilândia.

Edson Beú